



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

20º ANIVERSÁRIO DO ACORDO LUXEMBURGO – PORTUGAL

(PENSÕES DE INVALIDEZ)

Quando há vinte anos Portugal e o Luxemburgo assinaram o acordo relativo às pensões de invalidez, os dois Estados deram um passo marcante no estreitamento das relações bilaterais.

Foi também um contributo para a construção da Europa social.

Falar da construção europeia é também falar da sua dimensão social. O projeto europeu não é uma zona de comércio livre. É bem mais do que tal.

A Europa é feita de pessoas e para elas existe.

Ao celebrarem aquele acordo os dois Estados tornaram mais próxima a ideia de cidadania europeia, entendida também como espaço de igualdade e de solidariedade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Foi um passo tanto mais significativo porque foi precursor. Precedeu de uma década a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.

No seu normativo, Portugal e o Luxemburgo obrigaram-se ao reconhecimento por uma das partes das decisões da outra parte em relação ao estado de um requerente de pensão de invalidez.

O objeto é delimitado. Não cobre nem os casos de invalidez temporária resultantes de acidente de trabalho nem de doença profissional.

Como bem recorda a Confederação Sindical Independente do Luxemburgo - OGB-L -, este acordo permitiu resolver milhares de casos.

Melhorou a vida concreta de pessoas e de famílias. E isso é o objetivo cimeiro da política democrática.

Ao celebrar aqui connosco os vinte anos deste Acordo, a OGB-L faz jus à sua história centenária, de promoção de vida dos trabalhadores.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Significa também o reconhecimento pelos sindicatos luxemburgueses do contributo dos imigrantes – e em particular dos portugueses – para o progresso social do Luxemburgo.

Demos um exemplo de europeísmo à Europa.

A este propósito, permitam-me este parêntesis: agora que tanto falamos do Brexit, parece-me evidente que antes de acalmar os mercados, é preciso começar por tranquilizar os cidadãos.

A prioridade deve ser garantir, em primeiro lugar, que os direitos dos cidadãos da União Europeia no Reino Unido e os direitos dos britânicos a viver no espaço da União Europeia vão

Muito mudaram as nossas sociedades desde 1997.

As nossas sociedades confrontam-se com múltiplos desafios.

- A questão demográfica;
- Os desafios ambientais e do desenvolvimento sustentável;
- A ameaça terrorista;
- Os efeitos devastadores da crise financeira de 2008/2009;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

- A perda de centralidade europeia num mundo global;
- A incapacidade de resposta aos refugiados é preocupante;
- Os efeitos da deslocalização e da automação.

As pressões sobre o dia-a-dia das pessoas são conhecidas.

É questionada a sustentabilidade do modelo social europeu.

É questionado o entendimento feito do trabalho – mas também é questionado o entendimento feito da criação de riqueza e de bem-estar.

Passados vinte anos o Acordo sobre pensões de validez é no entanto um marco de estabilidade.

Mantém intacto o seu cunho humanista.

É um acordo que aproxima homens, povos e Nações.

É este o espírito de fraternidade e de entendimento luso-luxemburguês com que o celebramos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Saibamos também transmitir às novas gerações os valores que ele incorpora para que seja não apenas um espaço de celebração mas igualmente um alicerce de construção de sociedades mais justas.

Muito obrigado.